

A RECEPÇÃO E A DIFUSÃO DA ARQUITETURA E URBANISMO MODERNOS BRASILEIROS NA PLENA AMPLITUDE DE SUA ABORDAGEM

CONCURSOS EM REVISTA. CONTRAPONTO ENTRE *ACRÓPOLE* E *HABITAT*, 1950 A 1965

Sylvia Ficher

Universidade de Brasília, sficher@unb.br

Fabiano José Arcadio Sobreira

Centro Universitário de Brasília, fabiano@mgs.arq.br

Bárbara Ledes

Centro Universitário de Brasília, barbara.ledes@gmail.com

RESUMO

Este artigo estuda o debate ensejado em matérias sobre Concursos de Arquitetura publicados na *Acrópole* (1938-1971) e na *Habitat* (1950-1965). O recorte adotado – 1950 a 1965 – corresponde ao período de sobreposição entre as duas revistas. Pretende-se, a partir de uma confrontação analítica, discutir como seus distintos perfis editoriais se refletiram na forma de abordar tais certames enquanto eventos públicos. Conclusões preliminares indicam que não havia unanimidade quanto à relevância dos concursos para a promoção da profissão de Arquiteto no país e, mais especialmente, na cidade de São Paulo; contudo, a divulgação de sua realização em revistas especializadas confirma o importante papel de tiveram enquanto instrumentos de debate e crítica sobre arquitetura e sobre o desempenho profissional.

Palavras-chave: concursos de arquitetura; revista *Acrópole*; revista *Habitat*.

ABSTRACT

This paper studies the debate that took place in articles regarding architectural competitions published in Brazilian magazines *Acrópole* (1938-1971) and *Habitat* (1950-1965). The considered span – 1950 to 1965 – corresponds to the period of overlap between the two journals. It is intended, from an analytical confrontation, to discuss how their different editorial profiles were reflected in the way of approaching such contests as public events. Preliminary conclusions indicate that there was no unanimity regarding the relevance of competitions in the promotion of the architect's profession in the country and, more particularly, in the city of São Paulo. However, their diffusion in specialized journals confirms the important role they have played as instruments of debate and criticism about architecture and professional activity.

Keywords: architectural competitions; *Acrópole* magazine; *Habitat* magazine

CONCURSOS EM REVISTA CONTRAPONTO ENTRE *ACRÓPOLE* E *HABITAT*, 1950 A 1965

REVISTAS E CONCURSOS

Dentre as principais fontes para a história da Arquitetura, projetos e obras construídas por vezes resultam de circunstâncias cuja materialidade é bem mais difusa. Circunstâncias essas que, por serem mais dinâmicas e demandarem menor investimento de tempo e recursos para sua produção, permitem uma transmissão mais imediata e ampla das ideias que carregam. Incluem-se nesse universo os Concursos de Arquitetura. São eventos que tendem a revelar conflitos latentes quanto ao trato a ser dado a determinada problemática, pois em torno de uma demanda de projeto – seja pública ou privada, de pequeno ou grande porte – gravitam múltiplas visões, interesses e posicionamentos sobre as possibilidades de resposta ao desafio colocado (SOBREIRA, 2009).

Por serem baseados, em geral, na ampla divulgação e na transparência, revelam o fazer arquitetônico em seus processos e resultados, não só pelo “caminho escolhido”, mas por todas as demais soluções potenciais eventualmente descartadas por questões de contextualização, ideologia, interesse público ou mesmo por jogos de interesse e de poder. Não são poucos, inclusive, os exemplos em que ideias descartadas em concurso se consolidaram em reflexões para a história da Arquitetura (SOBREIRA E RIBEIRO, 2016). Nesse sentido, o olhar historiográfico a partir dos concursos, em complemento ao olhar sobre a obra construída, permite desvendar as tensões e intenções em determinado tempo e lugar. Tais eventos revelam, inclusive, aspectos que vão além dos próprios projetos e que se referem às tensões profissionais, políticas, sociais e econômicas (FLYNN, 2001). Os concursos estão igualmente associados à necessidade de afirmação, seja da profissão em si, seja das ideias de algum grupo em determinado momento (ADAMCZYK et al, 2002; 2004, CHUPIN et al, 2015), inclusive como afirmação e realização do “capital simbólico” da corporação (STEVENS, 2003)

As revistas de arquitetura, por outro lado, podem ser vistas como registros “pré-canônicos” (TINEM, 2010), situadas entre o panfleto e o livro, em relativo equilíbrio entre a experimentação e a solidez. Habituada a reagir no “calor do evento”, a crítica arquitetônica se utilizava muito mais de periódicos do que de livros. Isto por uma questão de temporalidade, de agilidade editorial, de abrangência da difusão e do impacto possível de ser obtido. Tais publicações, nesse sentido, são importantes registros para a historiografia da disciplina e da profissão, ao traduzirem visões particulares e quase imediatas dos acontecimentos e opiniões em determinado lugar e tempo (MIRANDA, 1998; DEDECCA, 2009; CAPPELLO e CAMPELLO, 2016).

É desse encontro entre a potencialidade dos concursos e a dinamicidade dos periódicos que aqui se estuda os Concursos de Arquitetura sob a ótica de duas importantes – e com orientações editoriais bastante distintas – revistas publicadas em São Paulo, *Acrópole* e *Habitat*, e pelo exame de alguns textos por seus principais articulistas e colaboradores.

1. ACRÓPOLE

O primeiro número da *Acrópole* é de maio de 1938 (seis meses após o golpe que instituiu o Estado Novo, comandado por Getúlio Vargas) e seu último número, 390/391, de dezembro de 1971 (quando era intensa a repressão política e cultural pela ditadura militar instalada no país desde 1964). Ao longo dos seus 33 anos, a publicação vivenciou ao menos dois ciclos editoriais: de 1938 a 1952, sob a direção de Roberto A. Corrêa de Brito, e de 1953 a 1971, sob a direção de Max M. Gruenwald e de seu filho Manfredo Gruenwald. O primeiro deles é uma fonte preciosa que documenta a diversidade de linguagens que caracteriza a produção arquitetônica da época. Do início da década de 1950 em diante, percebe-se relativa mudança editorial – tanto no projeto gráfico, quanto nos artigos de fundo e na seleção dos projetos publicados –, definitivamente sentida após os Gruenwald assumirem a propriedade do veículo, processo consolidado a partir de 1953 (SERAPIÃO, 2006). De 1954 a 1959, a presença de assuntos relacionados à profissão fica reforçada pela publicação no corpo da revista do Boletim do IAB, editado inicialmente por Jorge Wilhelm e Luís Roberto de Carvalho Franco.

É nessa segunda fase da *Acrópole* que os concursos farão maior presença em suas páginas, com especial atenção à produção dos escritórios paulistanos (SOBREIRA e RIBEIRO, 2016). Pode-se aventar que o volume de concursos publicados esteja diretamente relacionado à ação do Departamento de São Paulo do Instituto de Arquitetos do Brasil e ao fortalecimento da profissão graças ao estabelecimento de escolas autônomas de Arquitetura na cidade, como determinantes na definição do perfil editorial. Afinal, é de meados da década de 1940 a inícios da década de 1950 que surgem as primeiras escolas de Arquitetura no país (FICHER, 2005).



Figura 1. Mosaico de capas de números da *Acrópole*, entre 1950 e 1965, dedicados direta ou indiretamente a concursos. De cima para baixo, esquerda para direita: nº 179, março de 1953 (Paço Municipal de São Paulo – projeto que substituiu concurso anulado); nº 230, dezembro de 1957 (Paço Municipal de Campinas); nº 232, fevereiro de 1958 (Assembleia Legislativa de Santa Catarina); nº 253, novembro de 1959 (late Clube de Londrina); nº 260, maio de 1960 (Sociedade Harmonia de Tênis); nº 273, agosto de 1961 (Assembleia Legislativa de São Paulo); nº 281, abril de 1962 (Sede da Peugeot); nº 288, novembro de 1962 (Jóquei Clube de São Paulo); nº 294, maio de 1963 (Clube XV); nº 298, agosto de 1963 (Assembleia de Minas Gerais); nº 300, outubro de 1963 (Clube da Orla); nº 302, janeiro de 1964 (Monumento à Fundação de Goiânia); nº 321, setembro de 1965 (Quartel General). Fonte: <<http://www.acropole.fau.usp.br/>>.

2. HABITAT

A *Habitat - Arquitetura e Artes no Brasil* foi fundada em 1950, na sequência da criação do Museu de Arte de São Paulo (MASP) em 1947, sendo interrompida em 1965 no quadro politicamente conturbado posterior ao golpe militar. Com periodicidade irregular, contou em sua editoria com seus fundadores Lina Bo e Pietro Bardi (à sua frente até 1954), Flávio Motta, Abelardo de Souza e, na última fase, Geraldo Ferraz (1954 até o último número), entre outros colaboradores. A revista ficou conhecida pelo posicionamento crítico sobre eventos artísticos e políticos, traduzindo a formação cultural e o espírito de renovação de seus fundadores. Indo muito além do universo da Arquitetura e do Urbanismo, os assuntos abordados incluem artes plásticas, teatro, música, cinema, entre outros (STUCHI, 2007; CAPELLO e MERLI, 2011). No que se refere à arquitetura, a *Habitat* “não institucionaliza nem estilos nem tendências, sejam modernas, sejam do passado” (MIRANDA, 1998).

Sob a coordenação de Ferraz, a revista passa a publicar as séries “Individualidades na história da atual arquitetura no Brasil” (1956), sobre a atuação de Gregori Warchavchik, Affonso Eduardo Reidy, Rino Levi, M. M. M. Roberto, Lúcio Costa e Burle Marx e “Novos valores da Arquitetura Brasileira” (1957). Também são publicadas as primeiras matérias sobre concursos.

CONCURSOS NA ACRÓPOLE E NA HABITAT: 1950 E 1965

Os editoriais e crônicas sobre concursos ou que têm os concursos como pretexto foram relativamente frequentes na segunda fase da *Acrópole*. Entre 1950 e 1965, identificamos 19 textos e 38 projetos. Na *Habitat*, foram catalogados apenas 13 registros em suas páginas. Porém, apesar da frequência consideravelmente inferior, constata-se uma abordagem mais analítica e uma maior ênfase na defesa dos certames, em comparação com a *Acrópole*. Interessante observar que foram poucas – ainda que notórias – as situações em que uma mesma competição esteve presente nas duas revistas: o Paço Municipal de São Paulo (1951-53); o Plano Piloto para a Nova Capital (1956-57); o Paço Municipal de Campinas (1956-57); o Clube Atlético Paulistano (1958-61); a sede da Peugeot em Buenos Aires (1962); a Assembleia Legislativa de Minas Gerais (1962-63).

As principais matérias sobre concursos publicadas na *Acrópole* e na *Habitat* estão direta ou indiretamente relacionadas a controvérsias e polêmicas, como a anulação de certames ou a contestação de resultados. Em resumo, os *concursos em crise* ou *polêmicos* foram, constantemente, os motores dos debates profissionais, das revisões de regulamentação e, por consequência, das publicações nas revistas. Considere-se os exemplos abaixo discutidos.

O número 165 da *Acrópole*, de janeiro de 1952, traz o editorial “Comentários à margem dos concursos públicos”, de Wilson Maia Fina. Nele é criticado o “desencontro de normas”, “criando um clima de desinteresse e de desconfiança entre os arquitetos do país”, e o fato que “o poder público ainda não interpretou, ou melhor, ainda não compreendeu o verdadeiro sentido de um

concurso público, na esfera da arquitetura”. O autor destaca que o sucesso de um certame depende, antes de mais nada, do seu edital, o qual deveria dar garantia ao vencedor da responsabilidade total pelo projeto definitivo. Apresenta restrições aos valores dos prêmios, os quais estão “muito abaixo do determinado pela tabela de honorários do Instituto de Arquitetos do Brasil”, e aponta o cuidado que se deve ter na definição dos prazos para o desenvolvimento dos projetos. Outro elemento destacado como fundamental para o sucesso de um concurso é a constituição do júri, cujo corpo deve ser integrado por arquitetos, impedindo-se “a inclusão de pessoas estranhas à profissão”. Maia Fina encerra o editorial convocando o poder público a abrir novos concursos públicos, “inspirados no dever das garantias profissionais”. Apesar de não haver referência expressa, a motivação desse artigo foi, certamente, o concurso para o Paço Municipal de São Paulo. Afinal, na sua sequência é apresentada o texto “Dados para Edital de Concorrência do Anteprojeto para o Paço Municipal”, minuta enviada pela Prefeitura de São Paulo para apreciação do IAB.

No número seguinte, de fevereiro de 1952, o tema continua sendo abordado, tendo o certame para o Paço Municipal como principal motivação. O artigo “Normas básicas para concurso de Arquitetura”, de Rino Levi e Roberto Cerqueira Cesar, é endereçado ao Instituto de Arquitetos do Brasil e traz sugestões para a formatação de novos concursos, diante dos “erros básicos cometidos na organização do concurso” para o Paço Municipal. Dentre suas considerações preliminares, destaca-se que: (i) “o concurso de arquitetura tem por objetivo trazer à solução de um problema a colaboração ampla dos profissionais”; e (ii) “o que importa não é tanto a escolha da solução arquitetônica, mas dos arquitetos que deverão elaborar o projeto definitivo e os trabalhos a ele conexos”. No que se refere a este último quesito, há uma evidente contradição com o espírito mesmo de se realizar um concurso, em geral baseado no anonimato e tendo por objetivo a escolha da melhor proposta e não necessariamente do *melhor* ou *mais prestigiado* profissional.

De qualquer modo, tratava-se de uma reação à anulação do concurso para o Paço Municipal, assunto que voltaria à pauta um ano depois no número 179, de março de 1953. Este traz em sua capa e em extensa matéria um projeto alternativo àqueles que haviam concorrido no certame; de autoria de Oscar Niemeyer, fora ofertado gratuitamente à Prefeitura e desenvolvido em parceria com uma equipe integrada por arquitetos todos eles funcionários municipais: Carlos Gomes Cardim Filho, Alfredo Giglio, Julio Cezar Lacrete, Carlos Lodi, Mario Henrique Pucci e Eduardo Corona (arquiteto de longa data vinculado profissionalmente a Niemeyer e colaborador constante da *Acrópole*). Assinado por Gomes Cardim Filho, então diretor do Departamento de Urbanismo da Prefeitura, e fartamente ilustrado com desenhos técnicos e fotos da maquete, a matéria relata o histórico do processo, as razões do insucesso do concurso e as estratégias do novo projeto. Note-se que esta não foi a primeira ocasião em que Niemeyer apresentou projeto substitutivo em resposta a um concurso cujo resultado não fora levado adiante, como bem exemplifica o Ministério de Educação e Saúde (SEGRE, 2013) e a Pampulha (KUBITSCHKEK, 1975). No caso do Paço, a

doação de um trabalho não remunerado pode ter sido parte de sua estratégia no sentido de intensificar a presença na cidade, na qual contava com importantes obras construídas ou em andamento, como os edifícios Montreal (1950), Califórnia (1950), Copan (1951) e Eiffel (1952), além do importantíssimo Parque Ibirapuera, que seria inaugurado em 1954 (BRUNA, 2017, pp. 109-11).



Figura 2. Acrópole nº 179, março de 1953. Capa e algumas das páginas dedicadas ao projeto de Oscar Niemeyer e colaboradores, que substituiu os projetos apresentados no concurso anulado. Fonte: <http://www.acropole.fau.usp.br/>.

Se a *Acrópole* se destacou pelo volume de projetos resultantes de concurso, será a *Habitat* – por meio de seus escassos porém precisos registros – a revista a publicar em seu número 26, de janeiro de 1956, a matéria certamente mais contundente na defesa dos concursos no período em análise. De autoria do jornalista Geraldo Ferraz, intitula-se “Deve-se, sempre, proceder a concursos de arquitetura” e traz como subtítulo, “Um tema a se transformar em ‘ação’ a que devem tender esforços da escola e dos órgãos representativos dos arquitetos”. Nela é defendido o concurso como instrumento essencial para a qualidade da obra pública e incisivamente criticado o favorecimento de profissionais devido à fama ou a interesses pessoais e políticos.

Ferraz diz ter escrito o artigo em resposta a dois amigos com visões opostas sobre o assunto. O primeiro acreditava que era “assunto realmente importante e que precisava ser cuidado com interesse veemente, em benefício da categoria profissional artística dos arquitetos e da prática da boa arquitetura”. O segundo “considerava tratar-se de um quixotismo a mais,... e que o articulista iria perder espaço e argumentação”. De acordo com esse “amigo cético”:

O filhotismo predomina, de braços dados com a genrocracia, quando não fica a coisa em plano de amizade, de relações de grupo, político ou econômico, etc., e o pensamento que recomenda o concurso não tem qualquer probabilidade de êxito (p. 23).

Mas prefere escolher o “quixotismo” e inicia suas argumentações a favor do procedimento, apresentando as justificativas para a escolha:

Visa-se, com isto, além da prática dessas excelências a atingir, uma renovação nos valores humanos que intervirão na história da construção das cidades e dos edifícios. Visa-se eliminar o ‘medalhão’ garantido pelos favores da autoridade e dos responsáveis – impedindo que o ‘medalhão’ seja empregado como cartaz de propaganda, o que implica numa nova feição do mercantilismo arquitetônico facilmente exemplificável. Mas se visa, também, a que surjam novos valores na concepção e nos fatores dos melhores projetos, aparição que se tornaria impossível sem que essas questões fossem encaminhadas pela livre escolha entre propostas diversas, apresentadas sob estrito sigilo (p. 26).

Mais do que a uma reflexão, a profissão é convocada a adotar uma postura efetiva de defesa dos concursos:

O que visa o articulista é uma ‘ação’ e não apenas um palavreado sem função no tempo. A mesma questão de moralidade, política, administrativa, de relações humanas, que está no impulso de toda melhora na vida coletiva, organizada em instituições e em associações, leva-nos a reclamar para o bom funcionamento das atividades criadoras da construção – na arquitetura e no urbanismo, a competição das propostas... A recomendação do IAB não é, portanto, uma recomendação abstrata, inócua, literária – e se ela não se tornou ação, a culpa recai nos próprios arquitetos...

Em seu livro de memórias *Depois de tudo* (1983, pp. 168-67), Ferraz narra um episódio ocorrido em 1961, quando teria sido agredido por Oscar Niemeyer devido a seu artigo denunciando o episódio do Paço Municipal. Segundo Durand e Salvatori (2013, pp. 164-65), a atitude de Niemeyer estaria associada a uma “dupla falha ética”: a anulação do concurso e o oferecimento pelo arquiteto de um projeto sem custo para a Prefeitura. Apontam também que, em 1956, Ferraz se indignara com o edital para o Plano Piloto da Nova Capital, em especial pela não inclusão dos edifícios públicos no certame, que iriam ficar sob a responsabilidade de Niemeyer.

Em junho de 1962, no número 283 da *Acrópole*, é publicada nota sobre o concurso para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais informando que os membros da comissão julgadora do concurso “decidiram não conferir os prêmios do certame”. Essa comissão, constituída por Oswaldo Corrêa Gonçalves, Marcos Konder Neto, Shakespeare Gomes, Edgar Graeff e Sylvio Vasconcelos, considerou que os estudos apresentados “não alcançaram nível que recomendasse sua transformação em obra construída”, razão pela qual recomendavam a abertura de inscrições para novo concurso. Na sequência dessa nota, o artigo “Concursos de arquitetura e a defesa do trabalho do arquiteto”, de Eduardo Corona, faz restrições aos concursos fechados, mais comumente realizados pelo ramo imobiliário da iniciativa privada, e aponta “aspectos negativos” dos concursos de arquitetura, em particular daqueles que não passaram por aprovação pelo Instituto de Arquitetos do Brasil. O autor revela uma posição que pode ser considerada contraditória em relação às suas próprias afirmações:

O principal aspecto negativo que deve ser observado é o do concurso em si mesmo. Isto é, nem sempre é recomendável um concurso. Não é toda e qualquer realização arquitetônica que deve requerer um concurso. O concurso deve ser levado a efeito na medida que ofereça aos arquitetos e à sociedade um problema novo, uma solução diferente para o tema social e arquitetônico ao mesmo tempo ou uma obra de grande interesse público (s.n.p).

Corona não apenas coloca em questão a aplicabilidade do concurso, como justifica e defende a escolha direta de arquitetos por parte da Administração Pública:

No demais, é necessário que o cliente, o particular ou o governo, tenha confiança no desempenho profissional do arquiteto, lhe dê diretamente o trabalho, da mesma forma que nós outros agimos em relação aos demais profissionais liberais.

E cita dois concursos que evidenciam, em sua opinião, o lado negativo desses procedimentos: para a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul e para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Em resumo, o artigo que – a julgar pelo título –, parecia lançar uma campanha em defesa dos concursos, revela-se um manifesto que relativiza as suas vantagens e justifica as contratações diretas até mesmo na esfera pública.

Quatro meses depois, no número 287 da *Acrópole*, de outubro de 1962, foi publicada uma carta de Sylvio de Vasconcellos, em resposta ao texto de Eduardo Corona. Vasconcellos era integrante

do Conselho Diretor da revista *Arquitetura e Engenharia*, de Belo Horizonte, e participou do júri dos concursos para a Assembleia do Rio Grande do Sul e a Assembleia de Minas Gerais, citados por Corona como exemplos negativos. Nela questiona a postura de Corona, quando este sugere que os concursos visam a escolha do profissional; para ele “o concurso visa sempre a escolha do projeto e não do arquiteto.” Após tal consideração, o leitor espera que o texto seja concluído com razões e argumentos que enalteçam o concurso enquanto procedimento. No entanto, o que se lê nas linhas seguintes é o contrário. Após apresentar os argumentos que embasaram suas decisões nos concursos questionados, Vasconcellos destaca que:

...depois de larga experiência no assunto, convenci-me da inconveniência total dos concursos de arquitetura, concursos aliás que nenhuma outra profissão adota, salvo em caso de provimento de cargos... O concurso é ainda uma reminiscência dos salões, do academismo e das belas artes, que nenhuma vantagem traz à profissão, expondo-a a situações desagradáveis que, mesmo beneficiando a um ou outro profissional, prejudica sensivelmente aos demais (p. 304).

Seis meses depois, a *Habitat* número 70, de dezembro de 1962, publica o projeto de Miguel Pereira e J. C. Paiva da Silva para o concurso para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais, acompanhado do artigo “Sobre os concursos públicos de Arquitetura”, de seus autores. Trata-se de uma reação à anulação do certame, no qual o projeto de Pereira e Silva havia sido um dos seis selecionados. No texto, valorizam a prática de concursos como uma oportunidade, uma vez que “o trabalho profissional, na atual conjuntura de nossa realidade, transcende mesmo ao direito social de exercê-lo, para transformar-se numa conquista penosa das condições mínimas de sobrevivência” (p.4). E destacam o grande número de arquitetos que se empenham “gratuitamente nessa procura insana” que é o concurso. Apesar das dificuldades, reconhecem que os concursos públicos de arquitetura são uma “forma aceitável de solicitação de trabalho, dada as condições em que o exercício de nossa profissão se processa.”



Figura 3. *Habitat* nº 70, dezembro de 1962. Matéria dedicada ao primeiro concurso da Assembleia de Minas Gerais. Foram publicados um artigo e o projeto não premiado de autoria de Miguel Pereira e J. C. Paiva da Silva, em um total de 12 páginas.

Por fim, questionam a decisão do júri de não atribuir prêmios, uma vez que:

As características que norteiam um concurso de anteprojetos fazem crer que o trabalho apresentado deva refletir, como preocupação fundamental, a explanação de uma ideia. Testá-la e experimentá-la – dentro de uma liberalidade necessária e admissível – ao longo de todo o programa, nos parece a tarefa principal. É fácil compreender que, entre uma ideia e seu desenvolvimento, há um campo apreciável de lapidação e aprimoramento (p. 9).

Em agosto de 1963 foi realizado novo concurso para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais. O número 298 da *Acrópole*, de agosto daquele ano, dedica sua capa ao certame – cuja comissão julgadora fora composta por J. Vilanova Artigas, Francisco Bolonha e Mauro Gomes Baptista e do qual haviam participado 29 concorrentes –, e três matérias aos projetos premiados: 1º prêmio, Richard Kohn e Pawel M. Liberman; 2º prêmio, Laércio Macedo Gontijo; e 3º prêmio, Jorge Wilhelm, Miguel Juliano e Silva e Paulo Zimbres. Desta vez o concurso foi validado, os autores do projeto vencedor foram contratados e o edifício foi inaugurado em 1972; como *happy-end*, foi tombado como Patrimônio Cultural de Belo Horizonte em 2009.

CONCURSOS E PROFISSÃO: CONTROVÉRSIAS E CONFLITOS DE INTERESSE

Algumas conclusões sobre o tema “concursos de arquitetura” podem ser esboçadas a partir deste breve contraponto entre matérias publicadas na *Acrópole* e na *Habitat* no período de 1950 a 1965. A primeira delas se refere à relação direta encontrada entre as polêmicas geradas pelos certames e as discussões sobre a necessidade de revisão de seus procedimentos. A cada nova crise, discussões eram encetadas sobre as regras que governam os concursos. Como visto, um dos primeiros artigos encontrados na *Acrópole* tratando da sua regulamentação no Brasil, de autoria de Rino Levi e Roberto Cerqueira Cesar, foi publicado em 1952 como resposta às controvérsias em torno do concurso do Paço Municipal de São Paulo, de 1951.

Uma segunda conclusão que sugerimos é que o “julgamento” foi, e ainda é, um dos principais pontos de discórdia nos concursos tidos como controversos. A cada conflito de julgamento, o problema é atribuído ou a uma suposta má-formulação do edital do certame, às suas “regras do jogo”, ou às decisões do próprio júri.

A terceira se refere à postura editorial da *Acrópole*, em comparação com a *Habitat*. Se, por um lado o primeiro periódico é reconhecido pelo grande número de matérias dedicadas ao tema, é necessário ressaltar que tal volume não corresponde a uma clara postura editorial de defesa do concurso como instrumento preferencial de contratação de obras públicas. Pelo contrário, importantes textos – particularmente, o artigo aqui analisado de Eduardo Corona – apontam restrições ao concurso enquanto modalidade de escolha de arquitetos e/ou projetos e defendem a contratação direta pela Administração Pública. Como desdobramento dessa conclusão, é curioso constatar que a revista que manteve vínculo mais estreito com a categoria profissional foi também a que mais diretamente colocou em questionamento a validade dos concursos. Por outro lado, é

na *Habitat*, em que o responsável pelo editorial de Arquitetura não era um arquiteto, e sim o jornalista e crítico literário Geraldo Ferraz, que foi publicado o artigo mais contundente em sua defesa.

A quarta conclusão, que decorre das anteriores, é que a genialidade – ou seja, o culto à individualidade criativa – foi o argumento hostil mais invocado em oposição ao processo transparente de contratação de projetos por concurso. Ao longo da história, diante da alternativa entre um controverso certame aberto e a segurança da contratação de um “gênio”, em várias ocasiões o gestor público optou pelo segundo caminho. No Brasil, muitos dos casos mais célebres envolvem Oscar Niemeyer quem, devido à sua capacidade não só de inventividade projetual, mas também de auferir rendimentos simbólicos e políticos (DURAND e SALVATORI, 2013), foi contratado de modo direto em processos que foram ou deveriam ter sido objeto de concurso. Aconteceu no Paço Municipal de São Paulo, ainda que seu projeto não tenha sido construído, e foi uma das características mais marcantes da história da arquitetura cívica de Brasília, desde as primeiras obras de 1956 até o falecimento do arquiteto em 2012. Diríamos, nesse sentido, que o culto à genialidade fez mal Arquitetura Brasileira. Niemeyer é o exemplo mais conhecido; contudo, tanto no Rio de Janeiro, como em São Paulo, evidentes centros econômicos do país no período estudado, a maioria dos projetos para obras públicas resultou da contratação direta de importantes escritórios de arquitetura e não de concursos.

Uma quinta conclusão que sugerimos é que a aparente contradição entre a defesa moderada de concursos e o grande número de matérias a eles dedicadas na *Acrópole* advinha da necessidade de consolidação do capital simbólico relacionado à corporação como um todo. Tratava-se, simultaneamente, da afirmação do arquiteto enquanto profissional liberal e do surgimento das escolas autônomas de Arquitetura, de fins da década de 1940 a inícios da década de 1950. Em outras palavras, mesmo que demonstrando certa moderação na defesa do concurso como instrumento de contratação de obras públicas, a orientação editorial adotada parece indicar o entendimento que a publicação de projetos resultantes de concursos contribuía para o prestígio da profissão ou, ao menos, dos arquitetos locais e das ideias modernistas que os diferenciavam.

A sexta e última conclusão a que chegamos é um paralelo inevitável com os tempos atuais. Muitas das crônicas apresentadas em defesa ou crítica dos concursos abordavam problemáticas que ainda estão em pauta. Exemplo importante nesse sentido é a defesa do “projeto completo”; isto é, que o autor de um projeto vencedor em concurso tenha garantido o direito de desenvolvimento do projeto executivo, problemática presente – como vimos – no artigo “Comentários à margem dos concursos públicos”, de Wilson Maia Fina, publicado em janeiro de 1952 na *Acrópole*. Mais de sessenta anos depois, a inquietação continua a mesma, a julgar pela atuação das instituições profissionais, como o Conselho de Arquitetura e Urbanismo e o Instituto dos Arquitetos do Brasil. Veja-se a campanha “Brasil ético exige projeto completo”, lançada em 2016 (CAU, 2017), reagindo às discussões em curso no Congresso Nacional sobre a Lei de

Licitações (Projeto de Lei 559/2013) que, entre outras mudanças, retira a preferência por concursos públicos de arquitetura e provoca uma fragilização no processo de contratação de um projeto vencedor ao desvincular sua concepção de seu desenvolvimento.

Este artigo se fecha em 1965, um ano depois do golpe que resultou em vinte anos de ditadura no Brasil. Uma de suas consequências secundárias, porém graves para a classe dos arquitetos, foi o encerramento das atividades da *Habitat* em 1965; a *Acrópole*, por sua relação mais próxima do mercado imobiliário e seu menor envolvimento político, ainda iria resistir até 1971. Tendo dado início à análise em 1950, quase setenta anos depois constatamos que os instrumentos de escolha de projetos de obras públicas continuam desprotegidos, de idêntico modo sujeitos a jogos de prestígio e injunções políticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMCZYK, G. et al. Architectural competitions and new reflexive practices. In: BETWEEN RESEARCH AND PRACTICE. ARCC-AEEA CONFERENCE. **Anais...** Dublin: 2004. Disponível em: <http://www.ccc.umontreal.ca/PDF/2004_ADAMCZYK_architectural.PDF>. Acesso em: 28/06/2017.

BRUNA, P. A obra de Oscar Niemeyer em São Paulo. In: BRUNA, P.; GUERRERO, I. (Org.). **Quatro ensaios sobre Oscar Niemeyer**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2017.

CAPELLO, M; MERLI, G. Geraldo Ferraz na revista *Habitat*: a discussão político-social. **Horizonte Científico**, Uberlândia, vol. 5, n. 2, 2011.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO. **Brasil ético exige projeto completo. Tudo sobre a discussão da nova Lei de Licitações**. Disponível em: <<http://www.caubr.gov.br/leidelicitacoes/>>. Acesso em: 31/05/2017.

CHUPIN, J. A world of potentialities - Competitions as producers of culture, quality and knowledge. In: CHUPIN, J.; CUCUZZELLA, C.; HELAL, B. (Org.) **Architecture competitions and the production of culture, quality and knowledge - An international inquiry**. Montreal: Potential Architecture Books, 2015.

_____.; BILODEAU, D.; ADAMCZYK, G. Reflective knowledge and potential Architecture. In: FONTAIN, L. et al. 2002 ARCC/AEEA CONFERENCE ON ARCHITECTURAL RESEARCH. **Anais...** Montreal: McGill University, 2002. CD Rom.

CONCURSO para a Assembléia Legislativa de Minas Gerais - 1º prêmio. **Acrópole**, São Paulo, n. 298, pp. 281-86, ago. 1963.

CONCURSO para a Assembléia Legislativa de Minas Gerais - 2º prêmio. **Acrópole**, São Paulo, n. 298, pp. 287-89, ago. 1963.

CONCURSO para a Assembléia Legislativa de Minas Gerais – 3º prêmio. **Acrópole**, São Paulo, n. 298, pp. 290-91, ago. 1963.

CORONA, E. Concursos de arquitetura e a defesa do trabalho do arquiteto. **Acrópole**, São Paulo, n. 283, pp. 215-16, jun. 1962.

DEDECCA, P. G. **Sociabilidade, crítica e posição: o meio arquitetônico, as revistas especializadas e o debate do moderno em São Paulo (1945-1965)**. São Paulo: Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, FAU/USP, 2001.

DURAND, J.; SALVATORI, E. A gestão da carreira dominante de Oscar Niemeyer. **Tempo Social**, São Paulo, vol. 25, n. 2, pp. 157-80, 2013.

FERRAZ, G. Deve-se, sempre, proceder a concursos de arquitetura. **Habitat**, São Paulo, n. 26, pp. 23-25, 1956.

_____. **Depois de tudo**. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

FICHER, S. **Os arquitetos da Poli: ensino e profissão em São Paulo**. São Paulo: EDUSP, 2005.

_____. Historiografia e documentação. In: CASTRIOTA, L. (Org.). **Arquitetura e Documentação: novas perspectivas para a histórica da arquitetura**. Belo Horizonte: IEDS; Annablume, 2011.

_____; MACEDO, D. Oscar Niemeyer, arquitetura narrada: *Módulo*, 1ª série, 1955-65. In: BRONSTEIN, L. et al. (Org.) **Leituras em teoria da arquitetura**. Rio de Janeiro: Rio Books, 2014.

FINA, M. Comentários à margem dos concursos públicos. **Acrópole**, São Paulo, n. 165, pp. 303-04, jan. 1952.

FLYNN, M. **Concursos de arquitetura no Brasil 1850-2000: sua contribuição para o desenvolvimento da Arquitetura**. São Paulo: Tese de Doutorado, FAU/USP, 2001.

KUBITSCHKE, J. De Brasília a Pampulha. Os caminhos da providência. **Módulo**, Rio de Janeiro, n. 41, p. 15, 1975.

MIRANDA, C. A crítica nas revistas de arquitetura dos anos 50. In: V SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 1998. **Anais...** Campinas, 1998.

OLLERTZ, A. Morte e vida de uma revista de arquitetura. **Portal Vitruvius, Resenhas Online**, São Paulo, ano 6, n. 071.01, nov. 2007. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/06.071/3100>>. Acesso em: 28/06/2017.

PEREIRA, M.; SILVA, J. C. P. Sobre os concursos públicos de Arquitetura. **Habitat**, São Paulo, n. 70, dez. 1962.

SEGAWA, H. A Acrópole eletrônica. Apresentação. **Acrópole website**, São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.acropole.fau.usp.br/>>. Acesso em: 28/06/2017.

SEGRE, R. **Ministério da Educação e Saúde**. São Paulo: Romano Guerra Editora, 2013.

SERAPIÃO, F. A vanguarda fez mal para os negócios: A história da revista *Acrópole*. **Projeto Design**, São Paulo, n. 312, 2006.

SOBREIRA, F. Design competitions in Brazil - Building a [digital] culture for architectural quality. In: CHUPIN, J.; CUCUZZELLA, C.; HELAL, B. (Org.) **Architecture competitions and the production of culture, quality and knowledge – An international inquiry**. Montreal: Potential Architecture Books, 2015.

_____. Le concours comme mesure de la démocratie. **D'architectures**, France, avr. 2013.

_____. Competitions. Public strategies for architectural quality. **Conditions Magazine**, v. 1, pp. 36-43, 2010.

_____. Concursos de projeto e conflitos de interesse na gestão do espaço público. In: IV SEMINÁRIO PROJETAR. PROJETO COMO INVESTIGAÇÃO: ENSINO, PESQUISA E PRÁTICA. **Anais...** São Paulo, 2009.

_____; RIBEIRO, P. O lugar dos concursos na propaganda da arquitetura moderna brasileira: registros e análises das revistas *Acrópole* e *Módulo* entre 1955 e 1965. In: XI SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL. **Anais...** Recife, 2016.

STEVENS, G. **O círculo privilegiado: Fundamentos sociais da distinção arquitetônica.** Brasília: EDUnB, 2003.

STUCHI, F. **Revista *Habitat*: um olhar moderno sobre os anos 50 em São Paulo.** São Paulo: Dissertação de Mestrado, FAU/USP, 2007.

TINEM, N. As revistas de arquitetura como documentos pré-canônicos. In: I ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO. **Anais...** Rio de Janeiro, 2010.

VASCONCELLOS, S. Concursos de arquitetura e a defesa do trabalho do arquiteto. **Acrópole**, São Paulo, n. 287, p. 344 out. 1962.